



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3566 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

O DESAFIO DA JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Rafaela Vilarinho Mesquita - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O presente trabalho tem como objeto de estudo o fenômeno conhecido como juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que procura compreender e refletir acerca do rejuvenescimento da população atendida por esta modalidade de ensino. Os objetivos principais desta proposta de estudos são debater sobre o sujeito jovem do Terceiro Segmento da EJA, fase correspondente ao Ensino Médio, buscando identificá-lo, e compreender os desafios da modalidade diante da diversidade de sujeitos e do processo de juvenilização. A metodologia utilizada volta-se para uma abordagem qualitativa de pesquisa, adotando procedimentos teórico-metodológicos das pesquisas bibliográfica e documental, partindo de documentos oficiais, que definem, regulamentam e orientam esta fase escolar, e de bibliografia específica sobre as temáticas abordadas e utilizando a análise documental como instrumento de coleta de dados, como o número de jovens atendidos por uma escola pública. A relevância desta pesquisa está direcionada para a necessidade do reconhecimento e entendimento da presença do jovem na EJA, buscando conhecer este sujeito, seus interesses e projetos de vida e contribuindo com a ressignificação do processo educativo para o atendimento efetivo deste público.

O DESAFIO DA JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o fenômeno conhecido como juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que procura compreender e refletir acerca do rejuvenescimento da população atendida por esta modalidade de ensino. Os objetivos principais desta proposta de estudos são debater sobre o sujeito jovem do Terceiro Segmento da EJA, fase correspondente ao Ensino Médio, buscando identificá-lo, e compreender os desafios da modalidade diante da diversidade de sujeitos e do processo de juvenilização. A metodologia utilizada volta-se para uma abordagem qualitativa de pesquisa, adotando procedimentos teórico-metodológicos das pesquisas bibliográfica e documental, partindo de documentos oficiais, que definem, regulamentam e orientam esta fase escolar, e de bibliografia específica sobre as temáticas abordadas e utilizando a análise documental como instrumento de coleta de dados, como o número de jovens atendidos por uma escola pública. A relevância desta pesquisa está direcionada para a necessidade do reconhecimento e entendimento da presença do jovem na EJA, buscando conhecer este sujeito, seus interesses e projetos de vida e contribuindo com a ressignificação do processo educativo para o atendimento efetivo deste público.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Juvenilização. Terceiro segmento.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca debater sobre o sujeito jovem do Terceiro Segmento da Educação de Jovens e

Adultos (EJA), fase correspondente ao Ensino Médio, buscando identificá-lo, e desvelar alguns dos desafios da modalidade diante da diversidade de sujeitos e do processo de juvenilização da EJA, contribuindo com a ressignificação do processo educativo para o atendimento efetivo deste público.

A metodologia utilizada volta-se para uma abordagem qualitativa de pesquisa, adotando procedimentos teórico-metodológicos das pesquisas bibliográfica e documental, partindo de documentos oficiais, que definem, regulamentam e orientam esta fase escolar, e de bibliografia específica sobre as temáticas abordadas e utilizando a análise documental como instrumento de coleta de dados para mapear o número de jovens atendidos no Terceiro Segmento da EJA em uma escola pública.

Esta reflexão será realizada em três etapas que orientarão as pesquisas e análises. A primeira, com base em documentos normativos oficiais, realizará a observação da EJA nos cenários nacional e distrital para entender as particularidades desta modalidade de ensino. Em seguida, realizar-se-á o desenho dos temas juventude e juvenilização da EJA. Por fim, com base nas informações e dados levantados, serão elaboradas considerações acerca da diversidade dos sujeitos, enquanto especificidade da EJA, dando ênfase à questão geracional.

COMPREENDENDO A EJA E A QUEM SE DESTINA

Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), os sistemas de ensino devem oferecer, aos jovens e adultos, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

A associação contumaz e equivocada da EJA à ideia de uma formação voltada para a redução de tempo escolar, com reprodução de conteúdos de maneira acelerada, torna a discussão acerca desta fase da escolarização perene e indispensável e possibilita perceber que, conforme sugere Arroyo (2005), a EJA é um campo complexo e reclama definições e posicionamentos claros.

Desta forma, as questões relativas à EJA não devem relacionar-se indiscriminadamente à faixa etária, adequação idade-série, correção de fluxo escolar e redução de indicadores de baixa escolaridade, desconsiderando as especificidades culturais. A EJA precisa constituir-se em um processo educacional que esteja “comprometido integralmente com o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, no qual os educandos se reconheçam como sujeitos histórico-sociais capazes de compreender e transformar as relações sociais” (VENTURA; BOMFIM, p. 216).

Na EJA, a compreensão dos tempos dos sujeitos é fator primordial para uma adequada organização pedagógica e operacional da modalidade. Dessa maneira, considerar a EJA como oportunidade de recuperação do “tempo perdido” é alimentar o preconceito de associar a possibilidade de aprendizagem a um tempo escolar privilegiado. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 24)

O conceito construído para a EJA pelos documentos curriculares do DF nos apresenta uma modalidade da educação básica com características específicas, que exige uma organização que reconheça seus diversos sujeitos e possibilite a formação de um ser crítico, político, intelectual e criativo (DISTRITO FEDERAL, 2012).

O pressuposto primeiro da modalidade é a promoção do respeito ao direito universal de aprender em qualquer tempo, que requer da rede de ensino pública a garantia de condições de ingresso, permanência e êxito (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Segundo o Currículo em Movimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) (2014), “a EJA é a representação viva, na escola, da complexidade, diversidade e pluralidade da sociedade brasileira”. Isso porque, esta modalidade de ensino deve ser garantida formal e gratuitamente aos jovens, adultos e idosos que, por diversos motivos, não concluíram as etapas do processo formativo escolar referente à educação básica de acordo com adequação idade-série e que estão, de alguma forma, inseridos no mundo do trabalho, empregados ou não. Assim, a EJA constitui-se como direito assegurado à classe trabalhadora e abrange parcela plural e heterogênea da população brasileira, com interesses diversos, trajetórias de vida, diversidade sociocultural, racial e geracional.

Os estudantes da EJA, na perspectiva sócio-histórico-cultural, são sujeitos com conhecimentos e experiências (empíricas) do saber feito, com trajetórias constituídas no exercício de suas práticas/relações sociais, com experiências acumuladas que os tornam partícipes de seu próprio aprendizado. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 22).

O atendimento da diversidade de sujeitos e aprendizagens na EJA requer o ajuste do formato de oferta, a adequação curricular necessária e a adoção de estratégias metodológicas específicas que considerem “campo/espço de atuação/presença da modalidade, sob pena de tratar de forma igual sujeitos em condições diferentes de aprendizagens (DISTRITO FEDERAL, 2014).

A identidade dos sujeitos da EJA, os seus interesses e projetos de vida precisam fazer parte do universo escolar, investigar e mapear quem são esses sujeitos se torna uma tarefa indispensável. Para isso, faz-se necessário compreender que os jovens, os adultos e os idosos da EJA carregam uma série de particularidades que fazem deles um grupo específico, distinto dos demais grupos sociais de jovens e de adultos, mas não homogêneo.

O foco principal deste estudo está no sujeito jovem, que precisa ser levado em consideração e analisado especificamente para a construção de uma nova significação da EJA, já que podemos observar que o público jovem desta modalidade é cada vez maior e mais jovem. A autora Marta Kohl de Oliveira problematiza a questão do jovem atendido pela EJA, salientando que

seria importante um aprofundamento a respeito da população de jovens incorporados aos programas de educação de jovens e adultos já que, quando se fala dessa modalidade de educação, o título abrangente não evita que a referência principal seja aos adultos, geralmente alunos das classes de alfabetização e das séries iniciais do ensino fundamental. (OLIVEIRA, 2001, p. 59)

A crença comum de que a maior parte dos alunos da EJA é adulta pode se concretizar no âmbito dos primeiros segmentos da modalidade, referentes às séries iniciais e finais do ensino fundamental, no entanto, não é exatamente uma verdade quando pensamos no Terceiro Segmento, referente ao ensino médio. O contato direto com este público em sala de aula aponta para a percepção de que a maior parte dos estudantes que busca o ensino médio da EJA, fora da adequação idade-série do sistema educacional brasileiro, é jovem e, em alguns aspectos, muito semelhante àquele que cursa o ensino médio na modalidade regular.

As novas configurações da EJA nos permitem afirmar o protagonismo da juventude neste campo específico da educação e salientam a importância de repensar nossas práticas políticas, profissionais e pedagógicas para atender a diversidade de sujeitos e tempos de vida (ARROYO, 2005).

DISCUTINDO JUVENTUDE

A definição legal de faixa etária específica que caracteriza a juventude, entre 15 e 29 anos, orienta os dispositivos jurídicos e as políticas públicas para este grupo geracional, no entanto, está muito distante de encerrar o debate acerca da caracterização e enquadramento deste e neste grupo. Definir o que é juventude não é uma tarefa fácil, pois engloba a compreensão de critérios que consideram questões históricas e culturais e que não podem figurar como limites rígidos para o exame desta categoria (DAYRELL, 2003).

Quando paramos para pensar sobre o que é ser jovem, além das questões etárias, nos deparamos com construções sociais que orientam a nossa percepção da juventude e nos permitem levantar uma série de imagens diversas que constituem e caracterizam este momento. A autora Marília Pontes Sposito (2002) afirma que “é preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda”.

Segundo Dayrell (2003), a forma como cada sociedade e grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo é muito diversificada, possibilitando que a juventude seja vista como uma fase de

transitoriedade entre a infância e a vida adulta, restringindo-se à construção de projetos para uma vida futura e negando o tempo presente como espaço válido; considerada como um momento de formação de caráter, valores morais e sociais em que o indivíduo tem a oportunidade de treinar para o tempo real e não assumir todas as responsabilidades de “acertar” ou “errar”; e, algumas vezes, tida como um problema, como uma fase de crise, rebeldia e conflitos.

A constituição da juventude no Distrito Federal é afetada por questões sociais muito evidentes, tendo em vista que o imaginário local possibilita o direito de ser jovem a parcelas diferentes da população de acordo com a classe social. Podemos observar que, espera-se comportamento diferente, por exemplo, de indivíduos com 18 anos de idade nascidos em localidades diferentes e pertencentes a classes sociais diversas. Segundo Dayrell (2001, p. 352) “uma das facetas da nova desigualdade que se instaura no Brasil é a negação a esses jovens pobres do direito à juventude”.

O trabalho com o jovem requer a observação, oitiva e compreensão dos jovens reais para uma ressignificação do termo juventude, abandonando e desconstruindo imagens e modelos socialmente definidos que associam perfil negativo a esta categoria.

Assim, compreender juventude como uma etapa que tem início e fim específicos e que ocupa um espaço de “por vir” na vida dos sujeitos significa desconsiderar as condições sociais, culturais, regionais e de gênero, entre outros aspectos, que contribuem para a formação deste grupo.

Dayrell (2003) esclarece que os jovens constroem modos de ser jovem, exibindo especificidades que nos permitem afirmar que não existe apenas um único modo de ser jovem, neste sentido, a noção de juventudes, no plural, enfatiza essa diversidade. Assim, conforme acentua Frigotto (2004), a palavra juventude no singular simplesmente existe para definição de um grupo geracional caracterizado apenas por uma faixa etária específica.

Um tempo da vida que, até pouco tempo era visto apenas como uma preparação para a vida adulta, agora tem se apresentado como um tempo humano, social, cultural e identitário que se faz presente nos diferentes âmbitos sociais e que carrega marcas de socialização e sociabilidade, de formação e intervenção, conforme salienta Arroyo (2005).

A JUVENILIZAÇÃO DA EJA E ALGUNS DESAFIOS

A EJA, ao longo de sua história, se constituiu como uma modalidade de ensino ordinariamente voltada para o atendimento de adultos e idosos de classes populares que, por diversos motivos, não conseguiram acesso e/ou permanência nos estudos quando eram crianças e jovens. O número de jovens na EJA começou a figurar significativo a partir dos anos 80, embora a modalidade já estivesse aberta para atender estudantes jovens.

Há uma ou duas décadas, a maioria dos educandos de programas de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos eram pessoas maduras ou idosas, de origem rural, que nunca tinham tido oportunidades escolares. A partir dos anos 80, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher um novo grupo social constituído por jovens de origem urbana, cuja trajetória escolar anterior foi malsucedida. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.127).

Nas últimas décadas, o aumento evidente do número de jovens na EJA desencadeou uma preocupação acerca do acolhimento da diversidade de sujeitos nesta modalidade de ensino. A inquietude em questão está relacionada à evidência empírica de que a juventude já constitui fenômeno estatístico significativo nas turmas de EJA, representando, muitas vezes, a maioria ou quase totalidade dos estudantes em sala de aula (CARRANO, 2014). Esse fenômeno é conhecido como juvenilização da EJA e estudá-lo é procurar compreender e refletir acerca do rejuvenescimento da população atendida por esta modalidade de ensino.

Em pesquisa específica no sistema de matrícula da SEEDF acerca das turmas do Terceiro Segmento de uma escola pública do DF, constatou-se que, no 2º período de 2017, dos 458 alunos matriculados, 351 estão entre a faixa etária de 18 a 29 anos. Assim, neste caso considerando apenas o fator etário para a definição geracional, é possível afirmar que 76,42% do total de alunos atendidos pela escola faz

parte da juventude.

O autor Paulo Carrano (2014, p. 1) esclarece que

para além da dimensão quantitativa expressa pela presença cada vez mais significativa desses jovens, parece haver certo ar de perplexidade – e, em alguns casos, de incômodo revelado – frente a sujeitos que emitem sinais pouco compreensíveis e parecem habitar mundos culturais reconhecidos por alguns professores como social e culturalmente pouco produtivos para o desafio da escolarização. (CARRANO, 2014, p. 1).

Faz-se necessário, então, problematizar quem é este jovem e como ele chega, cada vez mais jovem, à EJA, quais os motivos que fazem com que estes sujeitos, ainda em idade adequada para o ensino regular, optem por concluir a educação básica nesta modalidade. O estigma de exclusão que marca este público, predominantemente pobre, não pode deixar de ser considerado.

Outra discussão importante que a juvenilização da EJA fomenta é a percepção do que este público traz para esta fase escolar e como fazer uso disso para a reflexão e resignificação das práticas escolares, a fim de que aconteça a produção de conhecimentos significativos para estes jovens. A diversidade geracional pode apresentar à EJA conhecimentos construídos em diversos espaços de socialização, culturas específicas, valores distintos, uso de diferentes códigos para comunicação, interesse de terem voz ativa e ouvida e necessidade de protagonizar o processo de ensino-aprendizagem.

Os principais desafios impostos pela juvenilização da EJA estão relacionados à compreensão dos sentidos da presença dos sujeitos jovens na EJA para que haja a uma reorganização curricular que possibilite trocas culturais e geracionais e o respeito aos espaços e tempos de cada sujeito.

CONCLUSÃO

A juvenilização da EJA apresenta-se como um convite à reflexão sobre os sujeitos desta modalidade de ensino, suscita questionamentos diversos e promove um debate que tem muito a contribuir para a reconfiguração da EJA.

A realidade que pode ser observada em muitas escolas do Distrito Federal que oferecem a EJA é o despreparo para o tratamento da diversidade geracional em sala de aula e para o efetivo acolhimento da juventude nesta modalidade.

O jovem estudante do ensino médio na EJA sofre com a invisibilidade por não encontrar na modalidade o atendimento aos seus interesses, o que se torna um fator desafiador para o “fazer” pedagógico da educação média que precisa encarar a problemática da juventude na EJA (DOLLA; COSSETIN, 2017).

De um modo geral, os saberes dos diversos sujeitos não são considerados para o trabalho em sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem se distancia dos desejos e interesses dos estudantes.

Embora os documentos curriculares do DF apresentem a intenção de dialogar com a diversidade de sujeitos, a compreensão da realidade socioeconômica dos estudantes da modalidade é negligenciada por ser ignorada. Mapear a pobreza e as condições sociais de vida desses jovens e adultos fez-se indispensável, inclusive, para que as suas identidades sejam pensadas e repensadas na EJA.

O descompasso existente entre as orientações coletivas acerca da juventude e da sua relação com a educação, com o ensino médio e com a escola pode produzir equívocos e inadequações quanto à construção da identidade do jovem enquanto sujeito do processo educativo, impossibilitando a reflexão e a busca da compreensão a respeito do significado de ser jovem e estudante na atualidade. Identificar quem é o jovem estudante do ensino médio da EJA na atualidade é condição necessária para que este público seja o referente dos currículos e das práticas escolares.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Educação de Jovens e Adultos - um campo de direitos e de responsabilidade

pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. de C.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos (EJA) e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. In: DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. MAIA, Carla Linhares. (Orgs.) **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, J. T. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação. 2001.

_____. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, Set /Out /Nov/Dez, 2003.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento – Educação de Jovens e Adultos**. Livro 7. Brasília: SEDF, 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota**. Brasília: SEEDF, 2012.

DOLLA, Margarete Chimiloski; COSSETIN, Márcia. **A “juvenilização” da Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_35.pdf> Acesso em: 13 de abril de 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina R. (Org.) **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, Maio/Jun/Jul/Ago, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, V.M. (Org.) **Educação de jovens e adultos Novos leitores, novas leituras**. São Paulo: Ação educativa, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e escolarização**. Brasília:COMPED/INEP/MEC, 2002. v. 1. 221.

VENTURA, Jaqueline; BOMFIM, Maria Inês. **Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos: o formal e o real nas licenciaturas**. Educ. rev. [online]. 2015, vol.31, n.2, pp. 211-227.

